



NAS PEGADAS DOS BÓIAS-FRIAS: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS SOBRE AS FONTES ORIGINÁRIA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR - APEART

Joaquim Pacheco de Lima *

RESUMO

O autor aqui narra a sua intervenção direta junto a um Projeto de Educação Popular (APEART), analisando criticamente os pressupostos históricos e epistemológicos no caminhar da experiência. Expõe o movimento das referências teóricas do projeto de educação popular, que contraditoriamente, refaz a inclusão/exclusão dos bóias-frias, tornando-os reféns e objeto, no processo de institucionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Educação de Jovens e Adultos; Filosofia da Educação; ONGS.

ABSTRACT

The writer narrate the your intervencion direct united the a Project of Education Popular (APEART), analysing criticisim the presupposeds historicis and epistemologic in the talk. Expose the moviment of reference theoretical of project of education popular, as contradictyriant remake the inclusion/exclusion of foods colds, rending hostages and object in process of institutionalizacion.

KEY-WORDS: Education Popular; Education of Teen and Adults; Philosophia of Education; ONGs.

* Docente da UniFil. Professor e pesquisador de Filosofia da Educação. Mestrando em Sociologia. Pesquisador sobre Assalariados Rurais e Vilas Rurais. Presidente do PEART (1992-94). Sócio-fundador da APEART.

E-mail: joaquimpco@uol.com.br



1. INTRODUÇÃO

“Vida de gado, povo marcado, povo feliz”.

Admirável Gado Novo

(Composição musical de Zé Ramalho – 1987).

Fruto de uma intervenção política e educativa que pratiquei durante dez anos junto a uma ONG - Organização Não-Governamental, este ensaio é um desabafo organizado, articulando racionalidade e passionalidade (paixão). É um relato crítico sobre o caminhar histórico de um projeto de **Educação Popular** - APEART - Associação Projeto-Educação do Assalariado Rural Temporário, que promove educação, escolarização e cidadania aos denominados bóias-frias.

No caminhar, digo, no processo de transformação entre crise, atalho, beco, porteira, e portais, as bases matriciais originárias do projeto de educação popular citado foram sendo transmutadas. Os Assalariados Rurais Temporários - ARTs - tornaram-se um agregado institucionalizado. O ART contido na razão social da entidade APEART, no momento (2001), estampa meramente uma pré-figura, não representa ou expressa uma prática efetiva, enquanto instituição, junto a um segmento das classes trabalhadoras. Enquanto sujeito emblemático, o trabalhador ou a trabalhadora rural volante pré-existe à organização da sociedade civil, razão de sua existência.

O Projeto de Educação surgiu como uma ação de mediação dos assalariados rurais e, em especial, os temporários, conforme as tipologias (ART típico e atípico)¹. A entidade atua com uma variedade de segmentos sociais, desde o índio, a mulher em situação de prostituição, o menino e menina-de-rua, os assentados rurais - produtores familiares, os posseiros, e os bóias-frias. Com o presente ensaio, almejamos apontar algumas razões, explicações e fundamentos dessa mudança. Com a devida provisoriedade, desejo alinhar, a partir de alguns pressupostos do modo de pensar dialético, as várias referências teóricas que serão interpostas.

Para início de conversa, situando-o no tempo e no espaço, o projeto constituiu-se, formalmente a partir de 1992 no Norte do Paraná, em Londrina, no então Distrito de Tamarana, na Comunidade do Junny, e em seguida foi implantado, em 1993, em Bela Vista do Paraíso, em uma dada conjuntura e estrutura

1. Ver as tipologias dos Assalariados Rurais classificadas no livro **“Identidade social e a construção do conhecimento”**. Porto Alegre: SME, 1997, pp.334-352.

sócio-política, alastrando-se a partir daí para 44 municípios do Estado. Coordenado e impulsionado por uma equipe de agentes de pastorais da Comissão Pastoral da Terra - CPT/PR, organismo eclesial vinculado à CNBB, e desvinculando-se juridicamente da Pastoral em 1993, tornou-se uma ONG com bases operacionais em 44 municípios do Estado, recebendo prêmios de organizações nacionais e internacionais pelas práticas e resultados obtidos. A autonomia e heteronomia junto à sociedade política e aos parceiros da sociedade civil foram as mais fortes marcas implementadas nas diversas gestões.

O autor tem ciência de que as coisas, o mundo, a Natureza, estão em contínua mudança, isto é, a realidade é “um fluxo perpétuo”, tal como afirmava o filósofo grego Heráclito de Éfeso (séc. VII a.C.):

“Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos”.

Por isso, a provisoriidade desta reflexão. Em outras palavras, entendo que estamos vivenciando um *processo*, termo tão caro à Sociologia, movido por contradições, lutas, avanços e recuos. Por outro lado, é preciso pensar a prática e captar a teoria que está subjacente à prática. O ato de re-pensar a prática, buscando a lógica interna, proporciona fundamentos para confirmar ou refazer a teoria. Quem não pensa a prática, não busca os fundamentos do fazer, e apenas expressa contentamento com a teoria (consciente ou não) que o levará para o “cemitério”, ou a fracassos históricos, responsabilizando-se (ele) pelos desdobramentos dos fatos e acontecimentos. O casal de educadores populares da ONG - Vereda, José Carlos e Vera Barreto (1990) - dizia:

“Pensar a prática é uma das formas de modificar a teoria e aprimorar a prática”.

A intenção desta reflexão é colaborar com os educadores e demais agentes políticos que atuam em projetos de educação popular ou projetos governamentais junto ao povo pobre,² para que possam realizar uma comparação entre teorias de forma que permitam modificações, não enquanto receitas, mas como elucidação - luz que ilumina - a realidade conflitiva e prenhe de esperança.

A partir de minha inserção no processo originário do projeto de educação de assalariados rurais, digo, bóias-frias, explico os seguintes tópicos estruturais de reflexão. Inicialmente, na primeira parte, exponho as bases teóricas, epistemológicas e organizacionais que fundaram o PEART e a APEART, em que perpassam os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo,³

2. Joaquim Pacheco de Lima, Quem são os pobres? **Terra e Cultura**, revista semestral da UniFil, Londrina, nº 31, jul-dez/2000, pp. 24-34.

3. Veja o clássico texto de Candido Grzybowski, **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

a pastoral inquieta e militante das igrejas, os enfrentamentos teórico-práticos, e os movimentos dos assalariados rurais temporários interpostos pelas mediações da sociedade civil. Enquanto período histórico, o processo vai desde 1985 até 2000. O segundo momento busca captar o invisível no visível, no qual os atores sociais, a intervenção dos homens, o processo de requestrar (refletir) a prática produtiva, social e simbólica do projeto de educação popular em questão, o qual faz e re-faz os seus objetivos, metas, metodologias, perspectivas, identidade, e viabilidade econômica, técnica e social. Por outro lado, os primeiros atores do campo de luta, na busca da hegemonia e confronto inevitável, guerreiam por idéias, formas de fazer política, sentimento e paixão, ódio e inveja, sexualidade, genitalidade e casamento, amor e riqueza. A mística e a utopia cristãs perpassam as veias como o sangue que agita o coração, sem esquecer a ingenuidade política e o maquiavelismo iluminista tupiniquim.

As fontes originárias do projeto PEART continuam latentes, florindo. A semente espalhada no chão morreu/não morreu. Ressuscitou. Somente com a morte da semente, surge nova vida vitoriosa. Tomei a iniciativa de refletir sobre a prática educativa porque a realidade natural (o mundo das coisas) e a realidade histórica (o mundo dos homens) tornaram-se estranhas e espantosas, incompreensíveis e enigmáticas. Na condição de aprendiz de filósofo (professor), tenho a ousadia e risco de compartilhar a reflexão que se segue, com as devidas ressalvas e limites interpretativos da realidade.

No ensino, ressalvo que não se trata de um estudo de memória, tendo o suporte teórico da ciência histórica, ou da *Memória e História*, firmada por Jacques Le Goff, Halbwachs, Pollack ou Paul Thompson, e outros.

O presente texto é parte de um projeto de estudo que desenvolvemos sobre “**A destinação e a fugitiva do militante do catolicismo da libertação**”. Por isso, é uma análise do fenômeno religioso, datado no tempo e no espaço. Por outro lado, é uma crítica aos grandes relatos.⁴

2. AS TRÊS FONTES ORIGINÁRIAS – MATRICIAIS - DO PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR - PEART

A gênese do projeto de educação da APEART advém de três ‘ríos’ que fluem, bifurcam-se e entrecruzam-se concomitantemente, enquanto fontes de processos organizativos e fontes de processos teóricos (epistemológicos):

4. José J. Queiroz, “A crise dos grandes relatos e a religião”. In *Religião ano 2000*. São Paulo: Loyola, 1998.

1) - *o movimento social e político-partidário*, assentado sobre uma teoria, ‘iluministicamente’ entendida como revolucionária;

2) - *o movimento eclesial*, que, no projeto contraditório de divulgação, disseminação, extensão dos aportes do Evangelho politicamente correto, na opção pelos pobres, em especial os da terra, se de/con-fronta com gente (*gentis*) que não se enquadra nos esquemas da cartilha, anteriormente fabricada, da pastoral rural. O mundo rural se debate com o mundo da terra e o mundo urbano - da pólis. Surge, então, o bóia-fria;

3) - *o movimento intelectual-acadêmico*, que na busca por explicações sobre as transformações, a modernização “dolorosa” no campo, e na “caçada”, encontra-se também com um ator social, o bóia-fria, excluído do pensar e fazer político enquanto sujeito histórico.

O surgimento de um projeto se assenta sob três princípios: descontentamento teórico/prático, indignação ética e utopia factível, isto é, capacidade de pensar e agir o/no impossível. O descontentamento com as explicações (teorias atuais) e com as conseqüentes práticas, leva a perceber que o sentir, o pensar e o fazer não se articulam. O fazer/realizado não se assenta sobre idéias e valores correspondentes. Não há coerência lógica, surge a indignação ética, promovendo, assim, a utopia, o ousar o impossível. Daí as pessoas atuam sob uma nova prática, podendo ela ser de natureza produtiva, simbólica ou social, enquanto elementos determinantes. O meu ponto de partida tem como origem uma crise - o “córtex”.

Muitas tintas já foram atiradas sobre a origem do bóia-fria, questão que, por hora, não nos interessa.⁵ Vamos entender a formatura dos movimentos originários da projeto de educação popular - PEART.

1. Bóias-frias na condição de figurantes políticos

Quanto ao *movimento social e político-partidário*, destacamos a inclusão/descoberta do bóia-fria no cenário dos movimentos populares, pelo agrupamento político, PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário que, enquanto organização política desde o final da década de 60 e 70⁶ atuava clandes-

5. Hugo Agudelo. Um conceito simples de assalariado rural temporário. Londrina, **CREAR**, junho, 1997.

6. Arquidiocese de São Paulo. **Brasil:Nunca Mais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

tinamente, devido à conjuntura política e à ditadura militar. Após a abertura política - 1979, com a Lei de Anistia - militavam, enquanto tendência política, junto ao PT - Partido dos Trabalhadores, visando criar bases políticas, tendo em vista o projeto de revolução socialista.

Em Londrina, Norte do Paraná, os militantes do agrupamento citado, impulsionados pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária, coordenada pela ABRA - Associação Brasileira pela Reforma Agrária (formada por um leque de entidades da sociedade civil, desde CNBB, OAB, e outras), mobilizaram lideranças das favelas dos Jardins OK e Franciscato, em torno de suas necessidades imediatas.

Vale a pena destacar a figura imponente, e religiosa, de Maria Pinheiro Pereira - Dona Lina - e do líder carismático Laércio de Mattos Santos (*in memoriam*),⁷ favelados que em alguns momentos trabalhavam de bóias-frias. No quadro dos movimentos populares, surge o movimento contra a carestia, promovendo a organização das favelas em associações e, estas, na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte do Paraná.

O movimento político-partidário expressava, nas práticas e nas discussões teóricas, as suas concepções políticas e filosóficas.⁸ Os arrendatários e os porcentageiros do Sudoeste e Oeste do Paraná, filhos de pequenos proprietários que organizaram o Movimento dos Sem Terra no Paraná, através de ocupações de terra, eram considerados pelo agrupamento político como pequenos burgueses, defensores do projeto da burguesia, a propriedade privada da terra. Entendiam que a revolução inevitável seria feita pela classe revolucionária, o operariado da cidade e do campo. Os bóias-frias se enquadravam, conforme o manual de V. Lenine, na condição revolucionária; cabia aos socialistas direcioná-los da consciência de classe “de si” para a consciência de classe “para si”.⁹

Os favelados bóias-frias organizados ocuparam, em 1985, as dependências da Penitenciária Agrícola, em processo de construção, área rural do Estado situada em Tamarana, na ocasião distrito de Londrina. Das 29 famílias ocupantes, após dois anos, somente seis permaneceram.

7. É interessante destacar as intervenções históricas destes personagens que dialeticamente transitaram na condição de manipulados e manipuladores. Há vários estudos, monografias e teses, das décadas de 80 e 90 sobre essas históricas lideranças.

8. Nos seminários e encontros sobre Reforma Agrária, onde se discutia o projeto político, os militantes expressavam nos seus discursos e documentos apresentados as concepções de homem, mundo e sociedade.

9. Eis o referencial crítico: SADER, Eder. *Marxismo e teoria da revolução proletária*. São Paulo: Ática, 1986. PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

O autor recorda-se de uma manhã friorenta em que, ao adentrar o acampamento dos Sem Terra na Colônia Penal Agrícola, encontrou-se com Jari (*in memorian*), um militante político, usando boina preta, com farda militar e manipulando uma viola, acampado numa barraca, sendo tratado pelos demais acampados como um “estranho no ninho”. O grupo de sem-terra nada mais era do que um bando de miseráveis, que se vendiam a troco de um prato de lentilha. De imediato, transmitiam a noção de que sabiam para que vieram às lutas.¹⁰ O Estado, protetor da sagrada propriedade, afiava as unhas no quartel militar, tendo no Governo do Estado o social-democrata, governador José Richa (MDB). Fato político consumado, o senso comum entre os agentes promotores do movimento era de que haveria confronto entre burguesia (representada pelo Estado) e operários do campo, os pobres.

A Comissão Pastoral da Terra, com larga experiência na luta pela terra, acompanhava o processo de ocupação, e “assumia a direção” do movimento social: evitar o confronto, a violência, promovendo “a paz”.

Entre desconfianças e preconceitos dos mediadores (a organização político-partidária e a Pastoral da Terra - CPT), os bóias-frias figuravam enquanto objetos de disputa, fundamentados no marxismo como “ciência por excelência”, e no materialismo ateu, a religião como expressão do “ópio do povo”, e, de outro lado, como expressão da dimensão transcendente do povo, no projeto libertador da divinização do homem, do novo Céu e da nova Terra - o ‘Eskaton’.¹¹ Entre as esquerdas eram intestinais os confrontos e as brigas internas. Todos os grupos estavam com a “verdade”.

A Igreja Católica sempre atuou junto aos camponeses produtores familiares, enquanto defensora da propriedade da terra, na luta contra o êxodo rural, pois a cidade é local de perdição. A permanência no campo proporciona a constituição da família sob valores tradicionais. No mundo rural, nas colônias, fazendas, nos sítios, há um espaço de maior controle das “almas”. José de Souza Martins, na condição de sociólogo e professor da USP, prestando um serviço de assessoria junto ao secretariado nacional da CPT, debatia sobre estes pressupostos na década de 80.¹²

10. Maria Fumaça, a favelada, sem-terra e bóia-fria, acampada, respondeu-me: “Não consigo ficar um final de semana sem retornar à cidade, pois a vida do campo me traz solidão. É silêncio. Faz a gente pensar a vida. Na cidade ... a movimentação, a luz, o acesso às coisas, as novidades, a gente não pensa, passa a vida.” Fonte: Agenda de Anotações, 1985 (registros que se faziam cotidianamente).

11. Vale destacar: Faustino Luis C. Teixeira. *A fé na vida*. Belo Horizonte: Loyola, 1987, pp.67-72.

12. Algumas bibliografias: *O cativo da terra* (1979); *Os camponeses e a política no Brasil* (1981); *Não há terra para plantar neste verão* (1986); *A reforma agrária e os limites da democracia na ‘Nova República’* (1986); *Caminhada no chão da noite* (1989).

O bóia-fria surge no cenário pela porta do fundo, na condição de figurante. Os mediadores são forçados a refazer os seus conceitos. Ao pensar a prática, setores da Igreja e militantes político-partidários, conduzem suas práticas por outros caminhos. Os políticos abandonam a estratégia de constituição de figurantes políticos, e o grupo da pastoral da Igreja abandona a pastoral das famílias rurais, e as insere na Pastoral da Terra, na busca de mediações para compreender quem são estes figurantes políticos. Os fatos, as práticas político-organizativas e educativas não correspondiam à teoria que os superiores haviam instruído. Houve um vazio epistemológico, um descontentamento com a teoria; daí a busca. Observar, conviver, aportar, ler, debater, ouvir, construir casa, organizar associações de bóias-frias. Isso constituía a preocupação, fazendo surgir o movimento.

2. Bóia-fria é o pobre sem fé e razão

O catolicismo, em particular, ao assumir o pobre como critério de salvação e opção de vida, instituiu um grupo de indivíduos adeptos, separados do restante da comunidade, e implementou um conjunto de ações encarregadas de transmitir/ interpretar a lei divina, a história sagrada, os sinais divinos, realizar os ritos e marcar os espaços-tempos sagrados. A CPT surge com esta missão.¹³ Contraditoriamente, na condição de intelectuais do sagrado, o grupo transmuta uma concepção de mundo, homem e sociedade, no revés do platonismo (Platão) e do idealismo (Hegel), a partir da visão européia, chuviscada do mariatequismo, 'gramscianismo' e maoísmo.

O **movimento eclesial**, no veio do cristianismo de libertação, des-cobre o bóia-fria no bloco da opção preferencial e não exclusiva pelos pobres, levando à salvação, à pureza igualitária, criando o Reino de Deus na Terra.

O catolicismo, no quadro das religiões transcendentais, contraposto às imanentes ou panteístas, e inserido na sociedade de classe, busca expressar, manifestar, revelar a verdade (vontade divina - expressa em forma de leis) aos humanos, dotando de sentido e significado todas as coisas e o destino dos homens e mulheres. As religiões não sacralizam apenas o espaço e tempo, mas também os seres e objetos do mundo. O bóia-fria assume o papel emblemático, figuração do sagrado, pois é o último dos últimos, já que até a Igreja (instituição) o rejeita e exclui (não na prédica, e sim na prática). Deus se revela, se

13. A Comissão Pastoral da Terra, organismo da CNBB, surge na década de 70 na região do Alto Amazonas, e se alastra para todo o território nacional.

manifesta no pobre. O evangelista Lucas, na condição de intermediário de Deus, expressa a fala de Jesus no Juízo Final, os critérios de salvação: “Toda vez que ajudastes um dos seus irmãos mais pequeninos (pobres) foi a mim que o fizestes.”¹⁴

A categoria pobre, na condição de mediação do entendimento das relações e estruturas sociais, assume o caráter axiológico, e não o sociológico, isto é, expressa valores e normas nas dimensões ética e religiosa, induzindo comportamentos de grupos sociais.¹⁵ Não expõe a estrutura social, a esconde. Não é uma categoria para mensurar, dimensionar os agrupamentos, os estratos de classes. Contrapõe, na sociedade capitalista, a estrutura e as lutas de classes.¹⁶ O grupo eclesial, figurado na equipe da CPT do Norte do Paraná, movido pela cultura rural, camponesa, da “história lenta”,¹⁷ embebido pela idéia de comunidade, esgrimava contra a idéia de sociedade sem conflito.¹⁸ Assim, surgia o confronto, desconforto, ingenuidade, abatimento, com os conflitos na diversidade dos grupos sociais. O autor recorda que, nas assembléias regionais de sem-terra, em preparação ao 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Curitiba, nos dias 27-30/01/1985, a representação da regional Norte do Paraná ficou prejudicada devido à manipulação de militantes das tendências internas dos partidos políticos de esquerda e a ingenuidade política dos ‘igrejeiros’ da Pastoral.

O público-alvo da Igreja Popular no norte do Estado é o assalariado rural, devido à concentração fundiária e ao desenvolvimento tecnológico e ao complexo agroindustrial, fundamentados nos Censos Demográficos de 1980, 1985 e em estudos do IPARDES-PR. O pobre se enquadra no assalariado rural, destinatário da evangelização, considerando os documentos papais *Evangelii Nuntiandi* (Paulo VI, 8/12/1975), e *Laborens Exercens* (João Paulo II).

Os agentes de Pastoral da Terra fundam uma experiência de trabalho pastoral na diocese de Apucarana, organizando a Casa do Trabalhador em uma vila da periferia,¹⁹ dirigida e coordenada pelos próprios trabalhadores da base, lideranças de bóias-frias. À memória reaparecem três pessoas: o professor Jorge

14. **O Evangelho segundo Mateus**, 25,3-40.

15. François Houtart. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1985, p.81.

16. Joaquim P. Lima. *Quem são os pobres?* Terra e Cultura. v. 31. Londrina, Revista da UniFil, 2000. Ver também Marcelo Ridenti. *Classes sociais e representação*. São Paulo: Cortez, 1994.

17. Referência de José de Souza Martins. *O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

18. J.B. Libânio. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petropolis: Vozes, 1982. L.A. Gómes de Souza. *Classes populares e igrejas nos caminhos da história*. Petrópolis: Vozes, 1979.

19. Experiência relatada por Jorge Cantos no Seminário sobre Experiência com Assalariados Rurais, realizado pela FASE no Rio de Janeiro, 13-14/09/1984.

Cantos, na assessoria, e as lideranças de João Luis da Silva e Santino dos Santos, entre outros. Paralelamente, na diocese de Apucarana, o Pe. Valter Pegorer²⁰ organiza uma experiência de trabalhos comunitários com bóias-frias, desempregados urbanos e favelados, envolvendo a produção agrícola em pequenos lotes na periferia da cidade.

No cenário nacional, explode a greve dos bóias-frias de Guariba-SP,²¹ composta por assalariados rurais da cana, do algodão e de outras culturas. Nesse contexto, surgem no Paraná vários movimentos grevistas de bóias-frias em diversas usinas de álcool e açúcar. As lutas são esvaziadas por questões políticas e pela ausência de lideranças sindicais, religiosas e políticas.

A Arquidiocese de Londrina, na elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, assume o bóia-fria como prioridade pastoral, motivada pelos agentes da Pastoral da Terra. Na realidade, a Assembléia Arquidiocesana e os presbíteros ratificam a prioridade,²² mas, no decorrer do tempo, a prioridade torna-se meramente uma prédica, pois as práticas religiosas do catolicismo tinham como linha de orientação os movimentos religiosos, e não as pastorais na sua ação de conjunto. A organização de uma oposição sindical em Londrina²³ é conduzida por pequenos produtores rurais. Os bóias-frias foram incluídos na condição de agregados. A derrota sindical foi fragorosa.

O grupo de indivíduos do catolicismo de libertação, membros da CPT, incumbidos de levar a Boa Notícia aos bóias-frias, encantados e desencantados com o mundo, chorava as lamúrias e blasfemava: “estes bóias-frias são inorganizáveis”.

20. Atual coordenador do Programa Vila Rural, da SEAB - gestão Jaime Lerner (1998-2002).

21. Impulsionado pela CPT-SP, sob a coordenação do Pe. José Domingos Braguetto - agente de pastoral.

22. Vale destacar a figura do Pe. Emílio de Pallocci, sacerdote xaveriano da Arquidiocese de Londrina-PR, articulador das CEBs urbanas e rurais, no quadro da Teologia da Libertação.

23. O Pe. Jorge Pereira de Mello, pároco dos Distritos Irerê e Paiquerê, promoveu o apoio dos católicos à oposição sindical na eleição do STR em 1986, sob a presidência do ministro da eucaristia, e produtor familiar, Sr. Jacob.

3. Bóia-fria: ser pensado em movimento

No final das décadas de 70 e 80 e início dos anos 90, a intelectualidade - os homens de cultura -²⁴ criticamente vira o olhar para um *novo ator social* que se movia no campo mas residindo na cidade - o assalariado rural temporário. Demandava um pensar. Desse ato foi impulsionada uma prática política, o movimento de classe.

No movimento de conquista das liberdades (políticas) frente às transformações econômicas e o fenômeno da urbanização, promovido pela migração, prolifera a produção de explicações sobre o fenômeno. Vejamos algumas produções teóricas de época:

- **1. Etori, O.** (1961) “Mão-de-obra na agricultura de São Paulo: categorias, remuneração, legislação”. *Agricultura em São Paulo*, 8(2):13-39, São Paulo;
- **2. Silva, José Graziano.** (1975) “O bóia-fria: contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento”. *Reforma Agrária*, 5(9/10): 2-44;
- **3. Ianni, Otávio.** (1977) “Notas sobre o Bóia-fria”. *Escrita ensaio*, São Paulo, 1(2):40-45;
- **4. Neves, M. B.** (1979) “Uma experiência com o bóia-fria”. *Reforma Agrária*, 40(3):18-25;
- **5. Puntel, J.** (1979) “Bóia-fria: o homem gasto do campo”. *Família Cristã* N.º 524:21-30;
- **6. Durço, R.** (1979) “A problemática do bóia-fria”. *Justitia*, 40(102):21-32;
- **7. Saffioti, H.** (1980) “A mulher Bóia-fria em São Paulo”. *Cadernos trabalhistas*, 2:57-59;
- **8. Castro, P.** (1982) *Barões e bóias-frias: repensando a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Apec/Cedes.
- **9. D’Incao, M^a. C.** (1984) *Qual é a questão do bóia-fria?*, São Paulo: Brasiliense; (1975) *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes; e outros textos.

24. Segundo A.Gramsci, em *Os intelectuais e a organização da cultura* (1981), “há várias categorias de intelectuais que têm uma função essencial no mundo da produção econômica”. Para Norberto Bobbio, em *Os intelectuais e o poder*, 1997, “entre os intelectuais e o político existe um hiato difícil de superar”.

A década de 80 foi, economicamente, considerada perdida; ideologicamente, foi um período de grandes metamorfoses nos modos de pensar. É salutar entender a Academia no contexto do fervilhar de movimentos sociais, organizações populares e sindicais. As explicações sobre os fenômenos permaneciam atrasadas²⁵ no tempo e no espaço.

A Academia, as Instituições de Ensino Superior (IES), mostraram-se reticentes quanto à questão do bóia-fria. Este era um ator novo, e o referencial teórico dominante, naquele momento, tinha como mote a Reforma Agrária.²⁶

No processo de extensão, distensão, e ‘abertura’ política, o debate se pautava pela des-ordem da minoria na busca da ordem a partir da maioria. A crítica da relação campo-cidade assentava-se sobre esquemas teóricos dualistas sem uma visão totalizadora e histórica. É significativo o texto provocativo de Fernando Henrique Cardoso, “As idéias no lugar” (1978), e a resposta de José de Souza Martins, “As coisas no lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade”, no livro *Sobre o Modo Capitalista de Pensar* (1978).

É de salutar importância destacar três pesquisadores²⁷ sobre o assalariado rural que, na década de 70 e início dos anos 80, deitaram tinta sobre a questão do assalariado rural: Lygia Sigaud,²⁸ Maria da Conceição d’Incao,²⁹ e Ricardo Abramovay. No Paraná, João Urban e Tereza Urban Furtado, no ensaio fotográfico “Bóias-frias - *Tagelohner im Suden Brasiliens*”, Alemanha, 1984³⁰, conduzem a organização visual de idéias e expõem o cotidiano do trabalhador rural volante do Paraná. O engenheiro agrônomo e assessor dos movimentos sociais, Horácio Martins de Carvalho, articula a questão da estrutura econômica e política com os movimentos sociais e as classes sociais.

25. José de Souza Martins elabora uma crítica à leitura evolucionista e economicista da realidade rural brasileira, feita por alguns intelectuais em “Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça” in: *Reforma Agrária e os limites da democracia na ‘Nova Republica’*. São Paulo: Hucitec, 1986.

26. Ver o texto *Reforma Agrária: significado e viabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1982, de Abdias V. de Carvalho e M^a da Conceição D’Incao (Orgs.), fruto do seminário do Grupo de Estudos Rurais do CEDEC. Vale destacar a crítica de Horácio Martins de Carvalho, no artigo ‘As ilusões pequeno-burguesas de uma Reforma Agrária no Brasil’, em *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997.

27. Ao personalizar, enquanto recurso didático, quero agrupar o pensamento de um conjunto de pessoas, com formas e sistemas diferenciados de análise da problemática do meio rural.

28. Alguns textos clássicos: *Os clandestinos e os direitos* (1979); *Greve nos engenhos* (1980).

29. *O Bóia-fria: acumulação e miséria* (1975); *Qual é a questão do bóia-fria?* (1984).

30. Conforme o autor, na época, não houve interesse das editoras brasileiras por tal temática, que acabou sendo reconhecida pelos suíços e alemães na *Edition diá St. Gallen e Wuppertal*. Somente em 1988, a Fundação Cultural e a Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba editam “*Bóias-frias vista parcial*”. Curitiba: Imprensa Oficial, p. 108.

O benemérito, José Graziano da Silva, no *Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica voltada para a Agricultura*, realizado em São Paulo em março de 1983,³¹ ao destacar os avanços teóricos na produção científica e a identidade dos novos pesquisadores, assumida com escolas latino-americanas e nacionais (escola da USP, escola de Campinas, etc), salientou os embriões de uma nova formação intelectual:

*“Por outro lado, a partir desse avanço teórico, fica muito claro que novas questões foram colocadas nesses últimos anos. Questões que eram emergentes já nos anos 50 e anos 60, mas foram colocadas frente aos pesquisadores como uma realidade muitas vezes já ultrapassada. Começamos a estudar, por exemplo, o bóia-fria (grifo nosso). O livro de Maria da Conceição d’Incao (O Bóia-fria: acumulação e miséria), que é o primeiro trabalho importante, é de 75, quando o fenômeno dos bóias-frias no Estado de São Paulo já era uma realidade estabelecida. Foi só então que os estudiosos se deram conta que havia nova categoria, uma nova relação de trabalho que precisava ser estudada.”*³²

Os sociólogos da agricultura, ou sociólogos rurais, do Estado de São Paulo, no referido Seminário de Revisão Crítica da Produção Sociológica Rural, sentenciam o descompasso:

*“O avanço teórico esteve portanto muito aquém da própria transformação da agricultura brasileira, da própria transformação da realidade agrária, e nós (pesquisadores) custamos muito a perceber que o mundo agrário tinha mudado.”*³³

Todavia, com os limites expostos na revisão crítica dos intelectuais, grupos de acadêmicos e docentes envolvidos na discussão sobre Questão Agrária, Reforma Agrária e Luta pela Terra, no Norte do Estado do Paraná, percebem que há um ato de movimentar-se no campo de um grupo social impertinente. Promovendo des-ordem. O jornal Folha de Londrina, sob a seiva libertária do proprietário João Milanez, divulga a ação dos novos atores.³⁴ Surgem grupos de estudos nas diversas instituições de ensino superior: Faculdade de Filosofia de Jacarezinho; universidades estaduais de Londrina e Maringá; Faculdade de Agronomia de Bandeirantes; Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Debates e seminários eram promovidos. Teses, dissertações, monografias eram

31. *Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura*, ASES/CEBRAP, São Paulo, 1984. Seminário realizado nos dias 24 e 25/03/1983.

32. *Op.cit.* p.200.

33. *Op.cit.* p.200-201.

34. Eder Sader, no livro clássico da ciência política: *“Quando novos personagens entram em cena.”* Rio de Janeiro, 1989, condensa o debate sobre os novos atores e movimentos sociais.

elaboradas. Pairava no ar um desconforto. As explicações não explicavam. Todos eram cientes de que a ciência não estava produzindo elaborações que cobriam a totalidade do fenômeno. Paraphrasing Marx & Engels, no “Manifesto Comunista”, não havia sentido à ciência, pois estava apenas na aparência do fenômeno.

No viés da subalternidade e da humildade, São Paulo, mistificadamente pela ação dos militantes, se torna o lugar por excelência de experiência acumulada de intervenção junto aos trabalhadores rurais volantes, devido às investigações e produções científicas das universidades paulistas e organizações não governamentais, tais como FASE e PTA. A região de Jaboticabal, no interior de São Paulo, e da Zona da Mata, em Pernambuco, são lócus disseminadores de ação política. É área de atuação de duas importantes Organizações Não-Governamentais: FASE e a CPT - Comissão Pastoral da Terra, regional de São Paulo.

Os intelectuais (iluministas) utilizaram a inserção da CPT junto aos assalariados da cana como expressão da evolução da classe trabalhadora, visando a implantação de um pretense projeto político (politicamente correto), fundamentado nas leituras do pensamento socialista, tais como “Que fazer?” e “O Estado e a revolução”, de V. I. Lenin. No viés interpretativo, os camponeses são expressão da burguesia, conforme crítica formulada por José de Souza Martins em ‘Os pobres da terra’³⁵.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As referências teóricas que substanciam uma prática são fruto de alguns pressupostos: indignação ética, enquanto mediação teórica, e intervenção prática. As origens são de natureza circunstancial, ético-religiosa e de mediação política. Os desafios, entraves, foram debatidos e enfrentados a partir do centralismo democrático, personalismo de E. Mounier, em contraposição ao maquiavelismo na faceta leninista. O voluntarismo religioso refaz, contraditoriamente, os votos de obediência, pobreza e castidade. A racionalidade do mundo pós-moderno, no primado da razão instrumental, se contrapõe à razão da jovialidade, ludicidade e da caridade benevolente.

O catolicismo prendeu, o sindicalismo namorou, o partido flertou, e a utopia saiu vitoriosa, enquanto alimento dos agentes sociais, construtores, fabricantes de signos e símbolos do povo pobre, no projeto de construção de um novo homem e uma nova mulher.

35. Capítulo da obra *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

No processo de feitura do Projeto PEART, os três movimentos (eclesial, político e o intelectual) condicionaram e foram condicionados. Dialeticamente se negam, mas, por outro lado, se complementam no processo de elaboração e reelaboração de utopias: o catolicismo (Reino de Deus/sociedade de irmãos), a organização política (sociedade socialista) e a intelectualidade (sociedade livre e emancipada).

Concluindo, a formatura e a gênese do PEART têm sua razão epistemológica no realismo político, isto é, na política como arte do possível - no processo de modelação do projeto de uma sociedade a construir. Concentrar os esforços intelectivos na problemática dos assalariados rurais é uma das formas de especialização, visando explicar, compreender a atuar para transformar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADER, Sawaia. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BARRETO, José Carlos e BARRETO, Vera. **A formação de alfabetizadores**. In: Caderno de Educação Popular. Rio de Janeiro, Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação. Petrópolis: Vozes, nº 17, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BRANT, Vinicius Caldeira. **Do colono ao bóia-fria**. In: Novos Estudos Cebrap, nº 19, março de 1977.
- CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço. **Setor canavieiro hoje: dinâmicas e perspectivas**. (Seminário organizado pela Cese/Koinonia/Cedi e Oxfam). Salvador, agosto de 1993.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Dialética futurista e outras de mãos**. Editado pela revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo, nº 57, julho, 2000.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- HINKELAMMERT, Franz. **Crítica à razão utópica**. São Paulo: Paulinas, 1988.
- JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação?** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, vol. 63, pp.131-150, jul. 2000.
- LIMA, Joaquim Pacheco de Lima. **Diário da pastoral dos bóias-frias – Tamarana/PR**. (Caderno de anotações: nº 01 e 02). Londrina, 1991.



LIMA, Joaquim Pacheco de. Et. Al. A teoria que sustenta uma prática educativa na formação de educadores populares. *In*: Luis Heron Silva (Org.). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Ed.SME/PMPO, 1997.

LIMA, Joaquim Pacheco de. **Quem são os pobres?** Terra e Cultura, Revista semestral da Unifil, Londrina, ano XV, nº 31, jul.dez/2000.